DECRETO No 161, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

ADENDO III

LAUDO TÉCNICO de CONFORMIDADE MULTIFUNCIONAL INDIVIDUAL do IMÓVEL/ EDIFICAÇÃO – LTCM–I

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LAUDO TÉCNICO de CONFORMIDADE MULTIFUNCIONAL INDIVIDUAL do IMÓVEL/ EDIFICAÇÃO – LTCM**–**I**  1. Identificação do Proprietário e do Responsável pelo Uso do Imóvel/ Edificação:  a) Nome do proprietário: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  b) CPF no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  c) Responsável pelo Uso do Imóvel/Edificação: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (informar o responsável pela atividade comercial a ser desenvolvida no endereço)  d) CPF no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  e) Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  f) CNPJ no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  2. Identificação do Imóvel/Edificação:  a) Endereço do Imóvel/Edificação:  Rua: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  b) Lote Urbano no (ou outro): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  c) Quadra no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  3. Identificação do Profissional Técnico Responsável pela Emissão deste Laudo:  a) Nome do responsável técnico: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  b) Título profissional: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  c) Número de registro no CAU/CREA/Outros: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  d) CPF no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  e) ART ou RRT no (deste Laudo): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (informar nesse documento a anotação de todos os itens constantes no Laudo: Laudo Técnico da Regularidade do Imóvel, do Risco de Incêndio (projeto e execução do APPCI), da Acessibilidade e da Habitabilidade do Imóvel/Edificação).  4. COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LAUDO, DECLARO:  4.1 – Quanto a REGULARIDADE do Imóvel/Edificação (informações relativas a Carta de Habitação do Imóvel/Edificação):  Que o imóvel localizado no endereço acima foi vistoriado e encontra-se:  (vistoriar o imóvel/edificação e verificar/pesquisar a situação do imóvel na Secretaria Municipal com competência na área de Planejamento e Habitação. Após preencher o quadro abaixo com as informações solicitadas, respectivamente, e de acordo com os resultados obtidos na vistoria/pesquisa realizada).   1. ( ) TOTALMENTE regularizado, sendo:  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | Alvará no | Data do Alvará (dia/mês/ano) | Carta de Habitação no | Data da Carta de Habitação (dia/mês/ano) | Área Licenciada (m²) | |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |   (usar uma linha para cada alvará e inserir tantas linhas quantas necessárias)   1. ( ) PARCIALMENTE regularizado, sendo:  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | * Sobre a área que está regular, informar: | | | | | | Alvará no | Data do Alvará (dia/mês/ano) | Carta de Habitação no | Data da Carta de Habitação (dia/mês/ano) | Área Licenciada (m²) | |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  | | * Sobre a área irregular, informar: | | | | | | Área irregular (m²): | | | | | | Tipo de irregularidade: ( ) sem Carta de Habitação ( ) sem passeio público- ( ) (acessível, se for o caso | | | | | | (outras - especificar): | | | | | | Se existe processo de regularização protocolado, informe o número/ano: | | | | |   c) ( ) TOTALMENTE irregular, sendo:   |  | | --- | | Área Irregular (m²): | | Se existe processo de regularização protocolado, informe o número/ano: |   Observação: Se a situação do imóvel/edificação for identificada como 4.1.b ou 4.1.c, deve ser anexado o Termo de Compromisso assinado pelo proprietário do imóvel/edificação de encaminhamento de processo de regularização – Anexo VII.  4.2 – Quanto ao RISCO DE INCÊNDIO do Imóvel/Edificação:  4.2.1 – ( ) Imóvel/Edificação possuir APPCI:  Se o imóvel/edificação estiver TOTALMENTE regular perante a legislação de prevenção contra incêndios. a) o número do Alvará de Incêndio; \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  b) data de validade (dia/mês/ano): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  4.2.2 – ( ) Imóvel/Edificação estiver PARCIALMENTE regular frente a legislação de prevenção contra incêndios:  DECLARO que o imóvel e a atividade a ser desenvolvida no local, bem como, sua capacidade de ocupação e classificação oferecem plenas condições fáticas para atender às formalidades estabelecidas na Lei Complementar Estadual no 14.376, de 2013, e suas alterações/complementações.  Assim, DECLARO que o imóvel atende e está adequado às exigências estabelecidas pela Lei Complementar Estadual no 14.376, de 2013, e suas alterações/complementações. Assino e assumo total e inteira responsabilidade pelas instalações prediais, dos equipamentos e informações prestadas, sendo estas corretas e em conformidade com a legislação.  Este Laudo Técnico tem por finalidade a obtenção do Alvará de Localização e Funcionamento, tratado pelo Decreto Municipal no 161, de 13 de setembro de 2022, para o imóvel acima identificado, para a empresa que realiza as seguintes atividades (descrever as atividades a serem desenvolvidas no endereço informado): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.  Atesto, ainda, que o imóvel possui capacidade de ocupação de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_pessoas, sendo que no local não haverá aglomeração de pessoas e nem reunião de público. As atividades realizadas possuem risco de incêndio\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(baixo/médio), conforme protocolo do processo de PPCI no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.   |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | |  | | | | | | | |  | Grupo | Ocupação/Uso | Descrição | CNAE | Divisão | Carga de Incêndio em MJ/m² | | Atividade Principal |  |  |  |  |  |  | | Atividades Secundárias |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  | | *-* *JUNTO A ESTE LAUDO TÉCNICO DEVEM SEGUIR (CONFORME O CASO) EM ANEXO*:  *1. Alvará de Prevenção contra Incêndios, OU;*  *2. Comprovante de protocolo junto ao Corpo de Bombeiros do projeto para obtenção do APPCI do imóvel objeto do empreendimento.* | | | | | | |   4.2.3 – ( ) Imóvel/Edificação declarada como PONTO de REFERÊNCIA: Declaro que o imóvel acima identificado é utilizado pela empresa como ponto de referência, sendo que as atividades do estabelecimento serão desenvolvidas de forma virtual ou fora do estabelecimento, prestando serviços ou realizando negócios de compra e venda de mercadorias por meio de representações, internet, telefone, catálogo, folheto ou similares, sem estoque de produtos ou mercadorias para pronta entrega. Os produtos serão entregues diretamente do fornecedor para o comércio ou para o consumidor final, ficando esse sujeitado ao cumprimento dos seguintes requisitos da legislação vigente:  a) o endereço do estabelecimento seja utilizado para exercer atividades administrativas pelo próprio, vedada a aglomeração regular de terceiros;  b) todos os negócios de compra e venda de mercadorias sejam realizados através da internet, via telefone, catálogo ou folheto;  c) as atividades solicitadas sejam exercidas em outro local, ou em outra empresa ou cliente, onde existe uma filial registrada;  d) não possua estoque de produtos ou mercadorias para pronta entrega, devendo todos os produtos serem entregues diretamente do fornecedor para o comércio e/ou para o consumidor final;  e) não haja movimentação de carga e descarga no local.  OBS: (*Para aqueles imóveis/edificações onde houver a declaração de Ponto de Referência estão dispensadas de apresentação do Alvará/protocolo de APPCI*)  4.3 – Quanto ao Atendimento do Imóvel/Edificação à Legislação da ACESSIBILIDADE:  4.3.1 – ( ) Imóveis/Edificações que estão TOTALMENTE regulares perante a legislação de acessibilidade.  DECLARO para os devidos fins que o imóvel/edificação acima identificado, possui as instalações mínimas (acesso, sanitários e passeio público) de atendimento à legislação federal, estadual e municipal e que estabelece as regras de acessibilidade do imóvel/edificação.  4.3.2 – ( ) Imóveis/Edificações que estão PARCIALMENTE ou TOTALMENTE irregulares perante a legislação de acessibilidade.  Em havendo infrações estas deverão ser regularizadas através do enquadramento nas legislações específicas sobre o assunto e, declaro que, as devidas orientações foram prestadas ao proprietário do imóvel/edificação para que providencie o protocolo de regularização do imóvel no prazo estabelecido na legislação vigente.  4.4 – Quanto a HABITABILIDADE do Imóvel/Edificação:  ( ) DECLARO para os devidos fins que o imóvel/edificação acima identificado, POSSUI CONDIÇÕES PLENAS de HABITABILIDADE, bem como suporta perfeitamente as atividades comerciais a serem desenvolvidas no endereço informado acima e do tipo (descrever a(s) atividade(s)): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.  Diante dessa afirmação assumo a total responsabilidade pelas condições estruturais de toda a edificação, sendo que as reformas e ampliações havidas até a presenta data não afetam em nada as referidas estruturas e também não apresentam risco aos usuários do imóvel.  4.5 – Quanto a mobilidade:  ( ) DECLARO para os devidos fins a atividade a ser desenvolvido no endereço acima identificado, atende ao disposto nos Adendos 1A e 3B, da Lei Complementar municipal no 118, de 2017 – Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável do Município de Santa Rosa, e suas alterações, dos quais trata dos tipos de veículos que poderão ser utilizados para o exercício da atividade no local;    5. Declaração de CIÊNCIA e RESPONSABILIDADE:  Ao emitir e assinar este LTCM estou ciente, sob pena de falsidade ideológica prevista no artigo 299 do Código Penal, de que vistoriei o imóvel em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, que as informações prestadas são verdadeiras e assumo a responsabilidade civil, administrativa e criminal, decorrente de eventuais prejuízos aos usuários e/ou a terceiros ocupantes do imóvel/edificação; e em caso de informações inverídicas ou descumprimento das leis vigentes e, caso se constate, a qualquer momento, desconformidade em relação aos parâmetros legais determinados pela legislação em vigor as licenças emitidas pelo Município serão canceladas, ficando sujeita às penalidades aplicáveis; da remessa de documentos sobre a responsabilidade profissional do declarante junto ao órgão de controle do exercício da profissão e à Procuradoria-Geral do Município para a apuração da responsabilidade civil e criminal e, se for o caso, acionamento do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.  Data da Emissão deste Laudo: Santa Rosa, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  RESPONSÁVEL TÉCNICO  (nome, CPF e CAU/CREA/OUTRO) |